



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680077 - SP (2021/0218878-3)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : MARIA FRANCIELLY BARBOSA DE SOUSA
ADVOGADO : MARIA FRANCIELLY BARBOSA DE SOUSA - SP358309
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROBERTO IGNACIO DE GOUVEIA (PRESO)
CORRÉU : MARCOS VINICIUS DOS SANTOS MACEDO
CORRÉU : AGNALDO LOPES DE SANTANA
CORRÉU : NEZELI REGINA GARCIA DE MORAES
CORRÉU : GABRIEL JESUS SANTOS
CORRÉU : NATALLY LUANNA SILVA MARQUES
CORRÉU : ANDERSON DE PAULO
CORRÉU : DANIEL APARECIDO COSTA
CORRÉU : JOAO PAULO ROCHA DA SILVA
CORRÉU : CRISTIAN DE OLIVEIRA DIAS
CORRÉU : ROMARIO JUNIOR DA SILVA
CORRÉU : ROBSON DE PAULA SILVA
CORRÉU : ANDERSON ARANDA THOMAZ
CORRÉU : JEFFERSON LUIZ DE ARAUJO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBERTO IGNACIO DE GOUVEIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 2117834-58.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime de associação a o tráfico previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta excesso de prazo da segregação cautelar do custodiado, uma vez que está preso há mais de 2 anos. Alega carência de fundamentação idônea da decisão hostilizada, existência de predicados pessoais favoráveis ao paciente e falta dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar. Aduz ainda que "na remota hipótese de condenação, fará jus à pena mínima, o que por certo lhe acarretará pena a ser cumprida em regime inicial aberto" (fl. 11).

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão da ordem a fim de deferir liberdade provisória ao paciente. Subsidiariamente, pugna pela substituição da medida extrema por medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto a apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, o que não se mostra adequado neste momento.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente